



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GESTÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL:

reflexões sobre a experiência da Gestão Educacional no Distrito
Federal a partir dos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social
(PDES) e dos Planos Plurianuais (PPAs)

TALITA LIMA FREITAS

**BRASÍLIA – DF
JULHO DE 2014**

TALITA LIMA FREITAS

**GESTÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: reflexões sobre a
experiência da Gestão Educacional no Distrito Federal a partir dos
Planos de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) e dos Planos
Plurianuais (PPAs)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Pedagogia, Faculdade de Educação,
Universidade de Brasília, para obtenção do título
de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Nara Maria Pimentel.

**BRASÍLIA – DF
JULHO DE 2014**

TALITA LIMA FREITAS

GESTÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: reflexões sobre a experiência da Gestão Educacional no Distrito Federal a partir dos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) e dos Planos Plurianuais (PPAs)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Nara Maria Pimentel.

Comissão Examinadora:

Professora Doutora Nara Maria Pimentel (Orientadora)
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

Professora Doutora Andréia Mello Lacé (Examinador)
Faculdade de Educação/Universidade de Brasília

Professor Doutor Rui Seimetz (Examinador)
Instituto de Matemática/Universidade de Brasília

Brasília, 11 de julho de 2014.

FREITAS, Talita Lima.

GESTÃO E POLÍTICA EDUCACIONAL: reflexões sobre a experiência da Gestão Educacional no Distrito Federal a partir dos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social – PDES e dos Planos Plurianuais – PPAs. Talita Lima Freitas – Brasília, 2014.

Monografia – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2014.

Orientadora: Doutora Nara Maria Pimentel

Educação. Gestão do Distrito Federal. Políticas Públicas de Educação. Gestão Pública.

A todos aqueles que acreditam em uma Educação Brasileira com melhores indicativos, no avanço das políticas públicas educacionais, em um plano pedagógico bem estabelecido pela Gestão Pública Democrática, envolvendo a participação social de todos.

Espero que este trabalho possa contribuir com informações relevantes à pesquisa acadêmica, referente a gestão do Distrito Federal e a educação.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos sinceros são primeiramente a Deus, a Quem devo toda a devoção, também a minha família, ao meu marido; a amigos mais próximos que me deram força; a amigos do trabalho que me deram auxílio para continuar seguindo em frente (alguns me deram a luz quanto a formação do tema); enfim, todos aqueles que estiveram próximos nas minhas dificuldades, me estimulando a dar um passo a frente.

Agradeço também aos Professores da Universidade de Brasília, da Faculdade de Educação e História, que colaboraram com a minha formação. Agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram a cumprir com as minhas metas.

Agradeço, por fim, a minha queridíssima Orientadora Professora Nara Maria Pimentel pela disposição em me ajudar e não ter desistido de continuar no processo de pesquisa e produção deste trabalho, por muitas dificuldades que enfrentei, mas que ela, muito pacientemente, continuou a me dar a atenção para atingirmos este ponto. Deus a abençoe sempre pela vida e sua carreira.

Na verdade, valorizar é não ser indiferente.

Morente (1966, p. 206)

SUMÁRIO

RESUMO.....	viii
ABSTRACT	iv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	x
MEMORIAL.....	12
Primeiros momentos na escola até o final do Ensino Médio.....	12
Cursando Pedagogia.....	15
INTRODUÇÃO.....	18
1. OBJETIVOS E METODOLOGIA	22
1.1. Objetivo geral	22
1.2. Objetivos específicos	22
1.3. Metodologia.....	22
2. REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1. Os valores e objetivos da educação e sua importância para a Gestão Educacional	24
3. A GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL.....	30
4. A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL: UM OLHAR A PARTIR DA GESTÃO DE EDUCAÇÃO NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (PDES), E DOS PLANOS PLURIANUAIS (PPAs).....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
APÊNDICE - Quadros 1, 2, 3 e 4 sobre os Planos de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) e os Planos Plurianuais (PPAs) do DF contemplando ações de 1999 a 2015.....	48

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão acerca da gestão e política da educação no Distrito Federal a partir do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social – PDES e do Plano Plurianual – PPA do Governo. Estes Planos definem entre outros, as metas da educação para cada gestão de governo. É um trabalho que aborda a gestão da educação no Distrito Federal trazendo a tona questões sobre os valores sociais à educação. Os contatos diretos para realização deste trabalho demonstraram que cada governo, a cada gestão aponta novas e velhas metas para o setor educacional, no entanto, sem que os índices de educação no DF superem as metas. Em que pese a sintonia com as políticas educacionais federais percebe-se que cada ação de governo teve continuidades e descontinuidades, causando impactos positivos e negativos na condução da Educação no DF. O trabalho evidencia a importância das políticas públicas e da gestão democrática para a educação bem como da participação da sociedade civil na condução e acompanhamento destes planos para a consolidação do projeto educacional em vigência no Distrito Federal.

Palavras-chave: Educação. Gestão do Distrito Federal. Políticas Públicas de Educação. Gestão Pública.

ABSTRACT

This work aims to reflect about the management and education policy in the Federal District from the Plan for Economic and Social Development - PDES and the Multiyear Plan - PPA Government. These plans define among others, the goals of education for each government management. It is a work that addresses the management of education in the Federal District bringing up questions about social values education. Direct contacts to perform this study demonstrated that each government, each pointing new and old management goals for the education sector, however, without the indexes education in DF exceed goals. Despite the line with the federal education policies is perceived that every government action had continuities and discontinuities, causing positive and negative impacts on the conduct of Education in DF. This work highlights the importance of public policies and democratic management education and participation of civil society in the conduct and monitoring of these plans to consolidate the educational project in effect in the Federal District.

Keywords: Education. Management of the Federal District. Public Policy Education. Public Management.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	- Banco Mundial
BNB	- Biblioteca Nacional de Brasília
CEL	- Centro Educacional do Lago Sul
CF	- Constituição Federal
DODF	- Diário Oficial do Distrito Federal
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
ENADE	- Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
GDF	- Governo do Distrito Federal
HIS	- Departamento de História
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LODF	- Lei Orgânica do Distrito Federal
MEC	- Ministério da Educação
MPDFT	- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
ONG	- Organização Não Governamental
PAR	- Programa de Ações Articuladas
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	- Plano de Desenvolvimento da Educação
PDES	- Plano de Desenvolvimento Econômico e Social
PNE	- Plano Nacional de Educação
PPA	- Plano Plurianual
SAEB	- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEE-DF	- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SIADE	- Sistema de Avaliação do Desempenho das Instituições Educacionais
SINJ-DF	- Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal
STC	- Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal
STDF	- Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal
TCDF	- Tribunal de Contas do Distrito Federal

UDF - Centro Universitário do Distrito Federal

UnB - Universidade de Brasília

MEMORIAL

Primeiros momentos na escola até o final do Ensino Médio

Estudo desde meus 03 anos de idade, começando pelo Jardim de Infância, mas acredito que minha educação iniciou com os ensinamentos que meus pais passavam, envolvendo valores e princípios.

Momentos que lembro sobre minhas idas ao Jardim de Infância, é que minha mãe sempre me dava a mamadeira com leite quando o transporte escolar estava chegando. Detestava essa situação e escondia-a para que ninguém pudesse ver. Era extremamente tímida, não tinha coleguinhas, mas fazia as tarefas escolares direitinho. Minha mãe por muitas vezes me ajudou com exercícios de casa.

Na terceira série, por ser tímida, tinha uma professora que não me dava atenção com relação ao ensino. Minha letra era feia, e muitas vezes a educadora (somente no título) não tinha o esforço de entender. Falava que eu não tinha feito às tarefas como deveria ser, simplesmente porque não conseguia ler o que estava escrito. Eu também não conseguia interagir com os coleguinhas, e me sentia coagida com a situação da professora que não gostava de mim. Ela me humilhava, muitas vezes na frente de toda a turma. Faziam brincadeiras que não me agradavam e que me deixava mal e deprimida, me chamavam muitas vezes de lerda. Estava cada vez mais fechada e encolhida no meu mundo. Essa professora me chamou de retardada, pois paralisava todas as vezes na frente dela sem conseguir responder suas perguntas, que me deixavam nervosa e contida.

Primeiro estudei na Escolinha Domingo Sávio, que fica em Taguatinga, Distrito Federal. Fiz Pré-escolar 1 e 2. A professora era amiga do meu pai. Meus pais já eram divorciados. Até aí não tinha nada de ruim com o nome “escola” para mim, era divertido ir estudar

Depois mudei para uma casa na Guariroba, Ceilândia, Distrito Federal, e morei com toda a família por parte de mãe nessa casa, bem grande em minhas lembranças, e a eles também devo minha educação na meninice. Achava um barato morar junto com meus primos, e brincava o dia inteiro. Era muito bom ter minhas tias por perto, sempre muito animadas com

tudo. Eu era a única menina que elas sempre mimavam.

Foi uma fase em que mudávamos de casa direto, pois morávamos de aluguel, e para ser sincera, só lembro das casas, mas desconheço os locais e as cidades. Todas aqui no Distrito Federal. Não pergunto para minha mãe para poder preservar a minha memória de infância. Mas sei que já morei em Taguatinga e Guariroba, Ceilândia. Brincava muito nessa fase, por ter meus primos por perto.

Depois, minha mãe se mudou para Samambaia, Distrito Federal. Finalmente saiu do aluguel. A partir daí, eu passei a estudar na Escolinha Baby Disney. Lá era legal também. Fiz alfabetização. Quando passei para a primeira série, minha mãe decidiu me colocar em escola pública, e a fazer minha matrícula, por motivo de idade, eu tinha 06 anos, me voltaram para a alfabetização. Não entendo por que as escolas públicas têm limite de idade para séries iniciais, pois no meu caso já estava em um processo que não necessitava de tal ajuste. Fiz alfabetização novamente e a primeira série nessa escola. Minha mãe se mudou para o Bairro Valparaíso II, Goiás, Setor de Chácara Araguaia, adquirindo duas chácaras locais. Então fui transferida de escola. Estudei na Escola Sousa Prado. Voltei para o ensino particular. Minha mãe conseguiu que eu pulasse para a terceira série, e que não fizesse a segunda, achando que eu poderia estar atrasada nos estudos em um ano. Mas acontece que minha letra permanecia feia, como um aluno que acabara de sair da primeira série, mas acompanhando o ensino sem dificuldades. Fazia os exercícios, inclusive os de inglês que não havia estudado antes, mas a letra continuava feia, onde eu costumo depositar a culpa dos meus problemas de desenvolvimento na época. Começaram-se os problemas escolares de baixa estima já comentado antes. A professora dizia que não entendia nada do que eu escrevia, me chamando a atenção na frente da classe, me retalhando, e reclamava de mim sempre. Parecia que me odiava. Foi o terror da minha infância.

Durante muito tempo fiquei encolhida, me fechando para o mundo. Quando era aula de Educação Física não acertava uma bola. Os alunos da classe curtiam comigo. Carreguei essa carga por muito tempo na minha vida. Chegou ao ponto dessa professora reclamar com a minha mãe, informando que eu poderia ter alguma deficiência mental, e não daria mais para ser aluna dela. Minha mãe me levou a um Médico por indicação. O Médico disse que eu tinha falta “não sei de que” dos dois lados do cérebro, que provocava alguma lentidão de raciocínio, e que poderia ser genético. Pareceu perseguição. Ao refletir, lembro-me de um tempo extremamente opressor.

Minha sorte é que já estava no meio do ano, e houve mudança de professora, sendo maravilhosa a professora que entrou depois das férias. Deus me ajudou por que ela criou um certo carinho por mim. Totalmente contrária do que era a outra. Ela era profissional da educação com “P” maiúsculo quanto a minha desafiadora condição nesses tempos difíceis, pois estava praticamente reprovada nesse meio do ano. Fazer amizade com os alunos não foi mais possível, pois já tinha má fama, mas recuperei a avaliação da série.

O que ela fez foi pegar todos os meus cadernos de exercícios e fazer uma análise do que tinha feito desde o início do ano, chegando à conclusão que havia conseguido fazer os exercícios direitinho, e que a minha avaliação anterior não procedia. Então indicou para minha mãe um caderno de caligrafia, e disse que era tudo o que eu precisava. Me deu bastante atenção nos períodos de aula. Assim, consegui recuperar as pontuações com ela, mas fiquei, de qualquer forma, de recuperação no final do ano, já que minhas menções lançadas no primeiro semestre não puderam ser alteradas e nem revistas. Mas passei a terceira série com a ajuda dessa queridíssima professora e a de Deus.

Continuei no Sousa Prado até a quinta série, mas não consegui me livrar da impressão bárbara da professora da terceira. Os alunos sempre eram os mesmos e nunca conquistei amizade nesse colégio.

Essa carga me acompanhou até o Segundo Grau, relativa a minha dificuldade de relacionamento. Tudo condicionava ao meu comportamento, pois até minha moradia era isolada, em chácara. Eu temia a qualquer tipo de relação com as pessoas que fosse conhecendo, pois tinha medo do que pensavam sobre mim. Incomodava bastante esse sentimento, e me sinto mal só de lembrar.

A 6^a, 7^a e 8^a séries foram no Colégio Castro Alves, colégio público, e o 1º ano do segundo grau foi no Polivalente, particular. No Polivalente estudei até o meio do ano. Durante todo esse período comecei a tentar reagir contra o meu problema em fazer amizades, ano após ano, tentando recuperar meus complexos de inferioridade. Quando ocorria a mudança de uma escola para outra, era hora de reformular que espécie de nova pessoa eu poderia ser, tudo para conquistar espaço.

Desde os 09 anos de idade, planejava fazer curso de Direito. Tinha três tios que faziam Direito, e debatiam entre eles sobre os assuntos da área, enquanto isso prestava atenção. Encantava-me a profissão. Via no advogado uma espécie de pessoa extremamente desinibida, e queria aprender a partir do curso. O filme “O Advogado do Diabo” também me chamou a

atenção quanto a função do advogado e a sua desenvoltura a frente na defesa de um julgamento.

Então em 2001, enquanto estava no 1º ano do segundo grau, estava tendo problemas com meu padrasto e acabei indo morar com meu pai. Terminei essa série no Centro Educacional do Lago Sul (CEL) - DF, escola pública, e terminei todo o meu segundo grau nessa escola.

Enfim, comecei a fazer cursinho pré-vestibular no ALUB, por três anos tentando Direito na Universidade de Brasília (UnB), e não passei. Esse tempo foi quando me libertei da maioria dos meus medos do passado e me tornei uma pessoa mais leve.

Consegui recuperar minha autoestima, me superei e fui atrás de recuperar o tempo perdido com as consequências da falta de amizade. No começo do cursinho eu levava os estudos muito a sério, mas não passei no Vestibular para Direito por que depois de um tempo comecei a sair do foco, e farreava muito. Faltava aula para jogar truco, e vivi minha adolescência, onde comecei a fazer contatos e amigos dos mais variados tipos, e tenho as melhores recordações a partir daí.

No final desses três anos comecei a trabalhar como vendedora em uma perfumaria, mas não deu muito certo por que estava estudando a noite, e era muito cansativa a rotina.

Depois desses três anos fiquei um semestre sem estudar. Quase entrei em depressão, já que nunca tinha ficado parada, sem entrar em uma sala de aula, e agora, sem trabalhar também. Passei a refletir um pouco sobre o que realmente queria e decidi fazer Pedagogia... e cá estou!

Cursando Pedagogia...

Desisti de fazer Direito, pois me decepcionei com a área após trabalhar por dois anos em uma assessoria jurídico-legislativa do serviço público no Governo do Distrito Federal (GDF). Não fazia parte do meu perfil.

Entre no curso de Pedagogia por influência de alguns amigos de um grupo social alternativo de São Sebastião, Distrito Federal, uma ONG, chamada Radicais Livres SA, do qual eu também participava. Alguns integrantes faziam Pedagogia aqui na Faculdade e eu me interessei e me inscrevi no vestibular para o curso. Resolvi tentar Pedagogia no vestibular do meio do ano de 2007 e passei. No final do ano de 2007 também tentei vestibular no Centro

Universitário do Distrito Federal (UDF) para Direito. Comecei a fazer o curso e vi que não era o meu caminho profissional, no mesmo período em que estava na assessoria jurídico-legislativa, além de serem muito caras as mensalidades do curso. Optei por fazer somente Pedagogia. Talvez volte a fazer o curso mais a frente, somente para conhecimento de aplicação do direito, não para exercer carreira. Encerrou aí meu sonho lúdico por fazer Direito, pois no meu ver a realidade da área não vive o que se ensina na teoria, onde a justiça é diferente para as diferentes classes sociais, e o direito da maioria é menor que o da minoria. Um curso muito elitista em minha opinião.

No curso de Pedagogia concluí todas as disciplinas em quatro anos, e na experiência cultivei vários amigos, com situações marcantes, Professores que pretendo sempre voltar a vê-los.

Durante os estudos me interessei pela parte da política educacional mais do que as outras áreas, e em segundo plano gostei muito de estudar os ensinamentos da psicologia pedagógica e do desenvolvimento humano. Defendi que o Curso de Pedagogia deveria mudar sua concepção para Curso de Ciência da Educação, mais voltado ao Bacharelado, e para os que quisessem ter a licenciatura como mérito, que tivessem opções diferenciadas, como acontece em outros cursos, por exemplo: História, Matemática e Física. Para tanto, o currículo do curso deverá ser reformulado.

Minhas maiores afinidades literárias acadêmicas são Émile Durkheim, sociólogo, um dos fundadores da escola francesa, e Dermeval Saviani, filósofo e pedagogo brasileiro. Abrangendo mais a Ciência da Humanidade, gosto da linha de pensamento de August Comte, francês, e Herbert Spencer, inglês. Pretendo mais a frente poder me aprofundar no estudo desses autores na pós-graduação, além de outros. Na psicologia gosto dos estudos de Vygotsky, russo, e Sigmund Freud, inglês.

Acredito que o espírito crítico de Pedagogo deve sempre existir, deixando de lado a pedagogia ingênua, pois devemos nos impregnar de aportes científicos e também continuar pensando filosoficamente na educação. Assim, o diálogo entre a pedagogia e a ciência da educação poderá nos trazer nos estudos fatos verificáveis.

De fato tivemos oficinas e projetos que nos ajudaram quanto educandos a desenvolver um caminho mais voltado à ciência da educação, mas falta muita prática e também aplicação do conhecimento na realidade local da educação. Falta um amplo conhecimento de metodologias de pesquisa, e se me formo agora em um curso de “Licenciatura em Pedagogia”

conheço muito pouco da realidade na escola, a não ser a minha vivida.

No percurso do curso tive que conciliar trabalho e faculdade, sendo que mudei várias vezes de setor na Secretaria de Transportes do GDF, onde trabalho, cada vez com uma remessa diferente de serviços, e isso várias vezes atrapalhou meu ritmo de estudo. Quando trabalhei atendendo o Gabinete, quase sempre chegava atrasada nas aulas a noite. Mas consegui liberação para algumas disciplinas durante o dia, sempre uma correria.

Essa realidade não impediu que eu estendesse meu campo de conhecimento cursando algumas disciplinas do curso de História e de Letras nas disciplinas optativas.

Em casa, tive muita dificuldade para estudar, com os problemas familiares que foram surgindo, nem acho valer a pena contar aqui, mas que com toda certeza, de todos os fatos que contei, para mim, foi o mais duro.

Quando estava para encerrar o curso começaram a surgir diversas dificuldades, mais do que o normal, e não conseguia entender. Antes de conseguir fazer o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), fiquei sem computador, comprei outro, que quebrou, e de repente estava eu ligando para a fabricante, enviando-o para o conserto, que demorou mais do que os dias previstos para retornar. Depois disso começaram a surgir problemas no trabalho, e trabalho em excesso. Também adoeci, além dos conflitos que tive com a família.

Morei um tempo na casa do meu cunhado, passei muitas dificuldades nesse período até conseguir assentar-me na minha atual casa, que é de aluguel, tendo que reorganizar minha vida pessoal e financeira.

Na realização deste trabalho, em alguns momentos fui à Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) e à biblioteca da UnB para poder estudar, em outros pedia o computador de alguém emprestado ou ficava depois do horário no trabalho usando o computador para poder escrever. Fiquei madrugadas e madrugadas pesquisando as normas educacionais do Distrito Federal. Fui atrás de trabalhos acadêmicos sobre as políticas educacionais da Capital sem muito sucesso, e em outros momentos simplesmente desanimei.

Olhando pelo prisma atual, acho que terminar este trabalho foi um grande obstáculo, um grande muro que tive que atravessar, nada fácil. Espero que minha vida pedagógica seja um sucesso daqui para frente, entre vários suspiros que já se passaram.

Espero realmente nessas alturas do campeonato que tudo dê certo!

INTRODUÇÃO

O desafio de escrever sobre este tema surgiu a partir do meu envolvimento com a educação no Governo do Distrito Federal - GDF em atividades de nível técnico em que pude perceber a importância dos planos de desenvolvimento na definição das políticas públicas, independentemente do partido político que estava no poder, embora se saiba da interferência política no desenvolvimento das políticas públicas. Percebi que os Planos têm uma importância fundamental na condução das ações de governo.

Na esteira das reflexões sobre as metas e ações contidas nestes planos e sobre a educação é que iniciei este trabalho que culminou com uma reflexão mais ampla sobre a gestão das políticas educacionais no contexto do GDF e sobre os Planos de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) e os Planos Plurianuais (PPA).

O enfoque do problema de pesquisa está na organização, desempenho e resultados das políticas públicas de educação local, nos trabalhos realizados pelo Governo do Distrito Federal, atendendo as diretrizes desses Planos em forma de normas e ações, e, principalmente, atendendo as principais normas regentes do país, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Orgânica do Distrito Federal. Diante desse assunto, há uma projeção de interferências mediadoras no estabelecimento das políticas públicas educacionais dependente daqueles que estão no poder de gestão, podendo ser positiva ou negativa, e há também o descumprimento das metas vinculadas para a educação diante dos Planos.

Sobre os Planos de Desenvolvimento Econômico e Social, Prates (2008, p. 7) aponta que:

A orientação estratégica do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) foi elaborada a partir de estudos sobre a situação atual do DF e as demandas da sociedade por novas ações. O Plano contempla as seguintes áreas de atuação: população, cidades, o setor econômico e o Estado. O foco é a redução das desigualdades, o desenvolvimento territorial e urbano ordenado, a sustentabilidade ambiental, a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida da população. (PRATES, 2008 p.4)

Note-se que a orientação estratégica é ampla e contempla várias áreas cujas metas são

em sua grande maioria ousadas. Segundo Prates (2008), os planos contemplam a visão do governo que está no poder.

No caso da educação entendida como prática social demanda condições para acesso e sucesso de todos. Para tanto, o desafio de acompanhar os indicadores de desempenho dos Programas de Governos deve ser encarado por pesquisadores e também pela população em geral como uma forma de participação efetiva na condução do projeto educacional.

Na Lei Orgânica do DF, o PDES é descrito no art. 165 como o instrumento que estabelece as diretrizes gerais, define os objetivos e políticas globais e setoriais que orientarão a ação governamental para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal.

Já o PPA, descrito no art. 166, é um instrumento que detalha as diretrizes, os objetivos e metas quantificadas, física e financeiramente, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas a programas de duração continuada.

A compreensão do processo de formulação e implementação de uma política pública educacional se faz diante da tradução da face oculta das ações do Estado e da concepção dos atores políticos envolvidos na condução dessa política e neste aspecto, os Planos de Gestão do governo desempenham papel importante, pois, constituem estratégias políticas institucionais de grande magnitude.

Acompanhando as discussões sobre os planos verifica-se que um dos fatores complicadores são as descontinuidades dos projetos educacionais e uma das causas é a sucessão de dirigentes do Poder Executivo local que ao assumir busca “dar a sua cara” ao projeto político em questão. A identificação das descontinuidades como característica nos projetos nas três esferas de poder não é por si só uma novidade já que são históricas na gestão governamental.

Nesse sentido, conforme apontado por Gracindo (2012, p. 149);

No âmbito da macro gestão educacional, o país atravessou uma fase de obscurantismo político que se estendeu de 1964 até 1985. Durante este período, a gestão educacional no DF foi marcada pelo verticalismo das decisões, restritas em geral, a um pequeno grupo de dirigentes que se revezavam nos principais postos da burocracia central da SEEDF (GRACINDO, 2012, p. 149)

Importante ressaltar, conforme Gracindo (2012) que “com ocupantes de postos indicados a administração do sistema educacional é comandada pelos grupos de influência

mantendo-se assim muitas das diretrizes governamentais entre um governo e outro”. (GRACINDO, 2012, p. 150)

Tais evidências demonstram a interferência dos partidos políticos na elaboração, na aprovação e nas indicações dos projetos e ações que procuram atender aos grupos de base, demonstrando uma política clientelística e que infelizmente tem sido a marca dos governos no DF.

O processo de gestão fica sujeito aos “ventos” dos indicados em cada governo que agrega aspectos de como conduzir as políticas públicas e, conseqüentemente, provoca novas alterações de rumos para as mesmas que ao final de cada gestão são apresentadas para a população independente de uma avaliação progressiva e contínua da mudança ou continuidade em vigor.

Conforme Prates (2008) com relação ao PDES e o PPA do DF, elaborados a partir de estudos sobre a situação do DF e as novas demandas sociais por novas ações, todos apontam a redução de desigualdades sociais, a reorganização de estruturas, o equilíbrio fiscal e a modernização da gestão, partindo de um ideal de descentralização, integração e modernização, visando a execução das metas propostas por meio de modelos de gestão para melhores resultados.

Cuidar da qualidade da gestão significa mudanças de paradigmas e valores culturais, implantação de uma sistemática de acompanhamento dos trabalhos e compromisso do Governo.

Segundo informações divulgadas pela mídia em geral, o Governo por meio de Projetos Estratégicos, junto às metas e ao Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado de Educação tem por objetivo cumprir com um acompanhamento sistemático de todas as ações propostas no PDES e PPA, visando a melhoria da prestação dos serviços com maior produtividade, e a possibilidade de diminuir gastos, apesar de a maioria das vezes essa redução de gastos não ser uma realidade.

As metas estipuladas pelos Planos só poderão ser concretizadas com uma gestão eficiente, onde é necessária a modernização nos procedimentos educacionais, gerenciamento eficaz dos projetos, capacitação dos servidores e acompanhamento contínuo da execução dos objetivos e metas.

Feita a exposição inicial deste trabalho, ele está organizado em quatro capítulos. O

primeiro capítulo trata dos objetivos e metodologia. O segundo capítulo, quanto ao referencial teórico, reflete os percursos traçados pelo Governo, suas influências por disputas ideológicas, os problemas educacionais, e o objetivo do projeto educacional. Também trata dos ideais de gestão democrática, e que essa visão na política educacional obriga o poder político a incentivar e privilegiar mecanismos de poder partilhado, em que, por um lado, o Governo deve redefinir sua missão e funções, e por outro, a sociedade civil deve alcançar um nível de organização que lhe permita uma participação ativa e fundamentada nas decisões políticas sociais e econômicas.

No terceiro capítulo, assume-se que a gestão da educação não deve ser discutida apenas no âmbito da legislação pertinente, devido a amplitude do cenário político, cuja configuração é composta de vários elementos. Aborda as evidências dos papéis reservados para todo o contexto educacional nas metas de Governo. Os conceitos de descentralização, autonomia e participação da comunidade escolar vêm sendo introduzidos como expressões de ideais que fazem parte do arcabouço legal local. Também aborda o incentivo para que os projetos de educação sejam colocados em prática, por influência nacional do Governo Federal e dos Poderes de Estado, e também pelos organismos internacionais. Outro assunto é sobre as mudanças nas políticas públicas educacionais, inseridas em um contexto de reformulação das ações de Governo.

No quarto capítulo, falaremos das conversas com os servidores públicos da Secretaria de Estado de Educação do DF, por meio de contatos diretos, que teve por objetivo coletar dados com informações úteis sobre o tema. Falaremos da necessidade dos PDES e PPAs com mais propriedade, e dos problemas que rondam a realidade da gestão ao definir esses planos. Com relação a experiência dos Planos anteriores para o atual, abordamos que foi desenvolvido uma cultura de avaliação, contribuindo para a melhor visibilidade das ações do Governo, na medida em que se torna obrigatório o registro de dados e informações relativas ao resultado da implementação dos programas, ações e objetivos estratégicos.

1. OBJETIVOS E METODOLOGIA

1.1. Objetivo geral

Analisar a gestão da Educação no Distrito Federal a partir dos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) e dos Planos Plurianuais (PPAs).

1.2. Objetivos específicos

- Refletir sobre os Planos de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) e os Planos Plurianuais (PPAs) e suas correlações com o projeto educacional do DF;
- Identificar as continuidades e discontinuidades nos campos educacionais das políticas públicas de educação;
- Refletir sobre a gestão democrática no âmbito da gestão educacional;
- Identificar a percepção dos servidores públicos da educação do Governo do Distrito Federal, por meio de contatos diretos, em relação as políticas de educação em análise dos dois Planos;
- Identificar se as metas de educação dos Planos estão sendo cumpridas a partir das normas do Governo do Distrito Federal;
- Refletir sobre o contexto político na gestão educacional.

1.3. Metodologia

Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, entendendo como apontado por Gonsalves (2007 p. 39) “a pesquisa documental como muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes”. Nas palavras de Gil (1994, p. 73 apud Gonsalves (2007, p. 39)

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre um determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser

reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 1994, p. 73, *apud* GONSALVES, 2007, p. 39)

Para este trabalho, nos remetemos a pesquisa em fontes secundárias, ou seja, conforme Gonsalves (2007, p.38- 39) “dados de segunda mão, que neste caso não tem uma relação direta com o acontecimento registrado, mas sim com conhecimento de elementos ou sujeitos mediadores.”

Foram pesquisados livros, *sites* do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) e do Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal (SINJ-DF) Leis, Decretos, Portarias da Educação e Resoluções do Conselho de Educação, como também pareceres técnicos.

Fez-se um levantamento das normas já que apontam os planos, as metas, as ações e os rumos tomados por cada governo.

Buscando ampliar a reflexão lançou-se mão da possibilidade dos contatos diretos. Para Gonsalves (2007, p. 41) “isso significa que o pesquisador deve conversar informalmente com pessoas que podem fornecer dados ou sugerir informações úteis”. Desta forma, foram feitos contatos diretos com servidores públicos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF). Optou-se por contatar servidores que possuíam no mínimo de 10 anos de trabalho efetivo no DF e de nível superior.

Os contatos ocorreram no período do dia 10 a 14 de dezembro de 2011 nas Diretorias de Educação Infantil, Subsecretaria de Educação Especial, de Ensino Fundamental, de Ensino Médio, de Educação Profissional e de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Os valores e objetivos da educação e sua importância para a Gestão Educacional democrática e participativa

Para a reflexão procuramos reunir algumas informações que focalizam a política educacional considerando:

(...) a educação como política pública cuja dinâmica é resultante dos graves problemas que continuam a cercar a educação como prática social e, portanto, da inequação das políticas educativas que estão sendo postas em ação para equacioná-las. É suficiente lembrar que ingressamos no terceiro milênio com novas demandas de formação e de conhecimento requeridas pelas mudanças sociais em curso, sem sequer termos assegurados o direito à escolarização fundamental de qualidade para a maioria da população, o que exemplifica tanto a permanência como o agravamento dos níveis de desigualdade social historicamente imperantes entre nós. (AZEVEDO, 2004, p. VIII)

Segundo Pimentel (2012) é preciso compreender os principais movimentos, os avanços e recuos, as pressões e reações, a indução e as negociações que marcaram a experiência recente das diversas trajetórias na implementação dos planos de educação traçados como políticas públicas.

Nesse contexto, Pimentel (2012) citando Dourado (2007) ressalta que:

A constituição e a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil, em especial os processos de organização e gestão da educação básica nacional, tem sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas conjunturais de governo. (DOURADO, 2007 p. 925)

Ainda segundo Pimentel (2012) também nos outros níveis e modalidades de ensino a dimensão histórica da abordagem dos diferentes elementos que compõem o processo de definição das políticas de educação não deve ser ignorada. Tudo indica que a lógica das

descontinuidades, a carência de planejamento e a falta de políticas de Estado têm sido a tônica desses processos, que principalmente durante a década de 1990 agudizou-se, em virtude das disputas ideológicas dos centros de decisão mundiais, em favor da implantação de reformas neoliberais.

Shiroma, Evangelista e Moraes (2007) ao contextualizarem os anos 1990 e sua influência na determinação das políticas educacionais do Brasil, destacam como as mudanças na área da educação foram sendo anunciadas ao longo de décadas. Segundo as autoras, “as publicações de organismos multilaterais, de empresários, de intelectuais e de educadores, atuaram como verdadeiros arautos da reforma¹.” (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2007, p. 45)

A essência do ideário apontado nas políticas anunciadas pelos organismos internacionais encontra-se na premissa de que para sobreviver à concorrência do mercado, para conseguir ou manter um emprego, para ser cidadão do século XXI, seria preciso dominar os códigos da modernidade.

Os Planos para a gestão da educação estão impregnados destes ideários cunhados sob a égide da participação e da democracia, típicas do século XXI.

Feitas estas observações acerca das políticas de educação, a reflexão sobre os problemas educacionais inevitavelmente nos levará além de outros à questão dos valores. Com efeito, esses problemas trazem a necessidade de uma reformulação da ação, e a revisão de quais são os objetivos educacionais.

O entendimento é de que os fins e objetivos educacionais somente farão sentido se estiverem voltados a promoção humana.

Para tanto, concordamos com Saviani (2007, p. 43): “ a educação visa o homem; na verdade, que sentido terá a educação se ela não estiver voltada para a promoção do homem?” E ainda, se a educação não é valorizada, o desenvolvimento social também ficará em segundo plano, e então teremos substratos de uma população fragilizada na conservação de sua cultura, de seu patrimônio, de sua arte, de sua natureza, dos seus elos com o seu povo, do seu respeito, do seu direito de ir e vir, ou seja, dos seus direitos gerais de cidadão, e o progresso econômico e científico produzido por essa população ficará inerte.

¹ Os arautos da reforma referem-se às reformas anunciadas no âmbito das políticas educacionais, capítulo II, intitulado os “Arautos da reforma e a consolidação do consenso: anos de 1990”, de autoria de Shiroma, Evangelista e Moraes.

Segundo Saviani (2007, p. 44-45), “é a partir do conhecimento da realidade humana que podemos entender o problema dos valores”. Dessa forma, tendo a humanidade essa consciência, ela poderá intervir para aceitar, rejeitar ou transformar. E reforça que,

o homem é capaz de superar os condicionamentos da situação; ele não é totalmente determinado; é um ser autônomo, um ser livre. [...] sendo a liberdade pessoal e intransferível, impõe-se aqui o respeito à pessoa humana; como eu sou um sujeito capaz de tomar posições, de avaliar, fazer opções e engajar-me por elas, assim também aquele que vive ao meu lado, perto ou longe, é igualmente um sujeito e jamais um objeto. [...] Trata-se de sujeitos concretos que não são indiferentes diante de uma situação também concreta. (SAVIANI, 2007, p. 44-45)

E para compreender e tomar a decisão mais coerente com a nossa realidade é necessário que esse homem possa ser educado a partir dos limites da filosofia da liberdade de expressão, que resguarda a norma constitucional vigente no país. A Constituição Federal (CF) de 1988, em forma de norma, garante a liberdade, a soberania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do povo brasileiro, sem discriminação de sexo, pensamento, crença, cor ou raça.

Mas onde será que a nossa sociedade estaria concentrando seus valores? Infelizmente não se pode afirmar que seja na educação, apesar dos avanços em algumas modalidades e níveis indicados pelas pesquisas na área. Na realidade, o Brasil apresenta características próprias, de forma agravada, de um país rico em desigualdades, principalmente, levando-se em conta a má distribuição de renda. Nesse sentido, a questão da educação nacional somente poderá ser minimizada se as outras deficiências forem postas em destaque, na forma de uma grande reforma social, cultural, econômica, já apontada por vários especialistas em educação.

No contexto educacional, o tema da gestão/administração da educação, segundo Arroyo (2008) ganha centralidade nos anos de 1980 principalmente levando-se em conta que o movimento docente assumiu nas suas lutas a bandeira da gestão democrática. A partir destes movimentos o pensamento educacional tem produzido pesquisa e reflexão na área, apesar dos pontos de tensionamento sociais e políticos gerados na indefinição que se alastra no campo da gestão e das políticas em educação.

Assim, ao nos debruçarmos sobre o campo da gestão educacional temos que abordar a política da gestão democrática. Nestas reflexões, assumem-se alguns campos apontados por Arroyo (2008, p. 39-43). São eles:

- a) A gestão democrática contrapõe-se às tradicionais formas privatistas e patrimonialistas do controle do poder na sociedade, no Estado, na formulação de políticas e na gestão das instituições;
- b) A gestão democrática da escola e do sistema propunha-se a torná-la um espaço público, libertando-o das tradicionais formas de sua privatização;
- c) A gestão democrática da escola se propõe como horizonte reinventar outras funções para a escola, para o sistema educacional e para a docência;
- d) A defesa da gestão democrática alimenta-se do movimento cívico, anti-autoritário, participativo. Estes são os adjetivos colados à gestão: democrática participativa, cidadã, vinculada a processos de reconhecimento dos direitos do cidadão. Direito de participar de um outro projeto de Estado e de sociedade.

Neste contexto, só será possível definir um quadro eticamente saudável se o poder político transformar as políticas educacionais de governo em políticas educacionais de Estado. Segundo Dourado (2008 p.895)

As políticas educacionais traduzem, sempre, um conjunto de prioridades, a intenção dos valores e projetos, que, num dado momento, consegue instituir-se, a partir das lutas pela hegemonia de uma dada posição, compreensão ou encaminhamento político. No caso brasileiro, a atual conjuntura também é resultado da maneira como se organizou a educação nacional e de suas vinculações históricas às formas de organização do Estado nacional.

Essa visão da política educacional obriga o poder político a incentivar e privilegiar mecanismos de poder partilhado, onde, por um lado o Estado deve redefinir sua missão e funções e, por outro, a sociedade civil deve alcançar um nível de organização que lhe permita uma participação ativa e fundamentada nas decisões políticas sociais e econômicas.

Numa sociedade democrática torna-se ainda mais necessária, porquanto dela depende o acesso do eleitorado a informações essenciais para a participação política esclarecida. E isso somente se dá por meio do acesso à educação informativa e politizadora, atrelada a várias outras ações socioculturais.

A participação consciente do cidadão, ilustrada e crítica, conforme Arroyo (2012) supõe entendimento dos termos democrática e participativa tendo como pressuposto que as

normas sobre a gestão democrática não são neutras, trazem embutidas concepções de poder, de sociedade, de democracia, de função social da escola frequentemente opostas às concepções que inspiraram a radicalidade política de sua defesa.

Enfim, para que alcancemos os objetivos e fins educacionais, o investimento no desenvolvimento de valores humanos a partir da educação será fundamental. Sujeitos ativos e participativos contribuirão efetivamente para a concretização dos ideais de educação.

A bandeira da gestão democrática por si só não garante um processo educacional democrático e participativo. Saviani (2007, p. 49) ao se referir a educação amplia ainda mais nosso olhar da seguinte maneira:

Educação para a subsistência – é preciso que o homem brasileiro aprenda a tirar da situação adversa os meios de sobreviver. No geral, o homem brasileiro não sabe tirar proveito das possibilidades da situação e, por não sabê-lo, frequentemente acaba por destruí-las.

Educação para a libertação – é preciso saber escolher e ampliar as possibilidades de opção. Precárias são as condições de liberdade do homem brasileiro, marcado por uma tradição de inexperience democrática, marginalização econômica, política e cultural.

Educação para a comunicação – é preciso que se adquiram os instrumentos aptos para a comunicação intersubjetiva.

Educação para a transformação – todos os três primeiros objetivos só serão atingidos com a mudança sensível do panorama nacional atual, quer geral, quer educacional.

No entanto, a afirmação das diferenças, o reconhecimento dos coletivos diversos e sua incorporação no Estado, no sistema educacional desestabilizam as estruturas, as instâncias e os processos de gestão democrática do público, que para Arroyo (2008) “estas instâncias tradicionais passam a ser interrogadas e desestabilizadas pelas concepções de público que os movimentos sociais populares estão colocando na arena política e educativa. Desestabilizam as épicas concepções e teorizações sobre gestão pública democrática.”

A afirmação de Arroyo (2008) pode ser traduzida na defesa de critérios de direito, de igualdade e de reconhecimento da diversidade. A pressão é pela gestão de um sistema público regido por valores públicos, pelo imperativo ético-político dos direitos.

Portanto, concordamos com Arroyo (2012, p. 55)

todo princípio generalista construído sem o reconhecimento da diversidade e reconhecimento da diversidade e das diferenças termina agindo como um parâmetro de medida, hierarquização e segregação dos diferentes. Destes princípios os gestores, generalistas, abstratos duvidam dos coletivos concretos, historicamente mais segregados do que incluídos em nome destes valores e princípios de gestão.

Estas foram as reflexões feitas que serviram de cenário para a reflexão deste trabalho. A partir desses preceitos sobre políticas educacionais, gestão democrática e participação, dos fins e objetivos da educação é que lançamos o olhar sobre a gestão da educação no Distrito Federal.

3. A GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

A política educacional do Distrito Federal de modo abrangente merece mais atenção dos pesquisadores em educação. Visando compreender melhor os elementos que compõem este tema, pretendo falar sobre as políticas educacionais implementadas no contexto educacional do Distrito Federal de forma reflexiva, tendo como objeto os PDES e os PPAs.

Acredito que a gestão da educação não pode ser discutida apenas no âmbito da legislação pertinente, sendo compreendida, portanto, num cenário político mais amplo cuja configuração é composta de vários elementos, permeados pelas questões econômicas, sociais, políticas e culturais peculiares a uma determinada realidade, imprimindo-lhe características próprias. Além disso, é necessário analisar, a luz de um contexto de ampliação e aprofundamento dos problemas sociais engendrados pelas diretrizes políticas, que ao longo da última década parecem estar se acentuando no Brasil.

No decorrer dos mandatos dos governadores no DF ocorreram uma série de avaliações e arranjos políticos que envolveram inúmeras instituições empresariais e sociais, privadas e públicas. Muitas destas avaliações denunciaram arranjos políticos para concretizar às metas de Governo encontradas no PDES e no PPA. As “cobranças” por parte dos Poderes de Estado para que os projetos do Governo tenham andamento são reais e acabam desequilibrando por vez o Sistema de Governo como um todo.

Cada Governo possui quatro anos de mandato, e se reeleito mais quatro anos. Em relação ao tempo, observa-se, de maneira geral, que o andamento das ações governamentais adquirem ritmos mais lentos no início do governo, o que pode ser em função da adaptação necessária para o prosseguimento das políticas, e no decorrer do mandato o andamento dessas ações podem sofrer uma aceleração, mais no final do mandato, para cumprir com a agenda política.

Nos governos do DF pode-se observar alguns avanços positivos nos investimentos dos planos de governo. Nesse contexto, percebe-se que houve gastos com investimentos de curto, médio e longo prazos para atendimento das áreas críticas, como por exemplo: saúde, educação e transporte. Segundo avaliações, desperdícios também ocorreram, por parte do Governo e dos setores atendidos.

No DF, desde 1999, foram aprovados importantes atos normativos (Vide Apêndice, a partir da página 48) que subsidiaram a consolidação de novos projetos de educação. Ficaram mais evidentes os papéis reservados para a escola e para todo o contexto educacional nas metas de governo. Novos conceitos foram introduzidos: descentralização, autonomia e participação da comunidade escolar como expressões de ideias que fazem parte do arcabouço legal local. Ao mesmo tempo, a gestão educacional e a avaliação também são enfatizadas, sustentadas num discurso descentralizador, no que se refere às ações, à divisão de responsabilidades e tarefas. Mas ainda não há uma definição clara das responsabilidades, e como já visto em alguns documentos, como por exemplo na direção escolar, muitas vezes é confuso quais são os deveres e atribuições de cada gestor.

Também há contradições entre as medidas de caráter descentralizador e as ações marcadamente centralizadoras, visto que, ao mesmo tempo em que é concedida às escolas a liberdade de elaborar e propor os seus projetos pedagógicos, são instituídos sistemas de avaliação padronizados, e as verbas liberadas pelo poder central não oferecem autonomia de gastos.

Mas, há um incentivo para que os projetos de educação do DF sejam colocados em prática, por influência nacional do Governo Federal e dos Poderes de Estado, e também pelos organismos internacionais, principalmente pelo Banco Mundial. O atrelamento dos Planos às metas internacionais é evidente.

Para cumprimento do PDES e PPA há incentivos do Governo Federal para modernização das escolas públicas com instrumentos tecnológicos. A gestão do DF tem ofertado cursos de especialização para os docentes, abriu concursos públicos para a rede pública de ensino, trabalhou com reforma e construção de escolas e creches, implementou a educação integral e inseriu novos ônibus escolares para atendimento às escolas.

Embora se reconheça que o governo buscou concretizar os investimentos contemplados nos Planos, há estudos feitos pelo Sindicato dos Professores do DF e também por pesquisadores, além das notícias vinculadas pela mídia que apontam para dados de que muitas escolas possuem instrumentos tecnológicos, mas que nem sequer foram instalados. Há obras físicas inacabadas em algumas escolas, que também sofrem com a falta de professores. A educação integral não é realidade em todas as escolas e nem a metade das creches que o Governo prometeu a população foram entregues, e possivelmente haverá problemas com falta de profissionais, pois falta uma demanda muito grande de profissionais para a educação

infantil.

A educação no Brasil, de acordo com estudos, vai de mal a pior. Os números do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013 demonstram que as crianças saem da quarta série sem entender textos e não alcançam a pontuação mínima considerada satisfatória conforme apontado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013). O mesmo desempenho ruim vem sendo obtido na avaliação de matemática.

O Brasil, assim como vários países da América Latina, procurou a adesão de diversos setores, em especial de empresários e trabalhadores, para intervir nas políticas educativas, com o objetivo de melhorar estes índices. Segundo Shiroma (2007), isso foi induzido pelos organismos internacionais que cobravam do Brasil o êxito das políticas públicas, que dependeria de um processo de negociações e de persuasão dos interessados dentro e fora do sistema, posto que uma ruptura entre eles poderia conduzir à supressão das condições de efetivação das reformas (SHIROMA, 2007).

No Distrito Federal, as mudanças nas políticas educacionais estão inseridas num contexto de reformulação das ações. Tais mudanças, conforme posto nos planos, têm como eixo norteador a transformação produtiva com equidade e a qualidade como parâmetro para a eficiência da educação, buscando mudança na forma da condução da gestão, na formação docente, no currículo, na avaliação, na estrutura institucional, nos processos de ensino-aprendizagem e na comunicação com a comunidade.

Assim, a interpretação do olhar sobre a educação nos planos pode ser vista. Entretanto, para que qualquer política pública se efetive é necessário que o processo de desenvolvimento seja bem estruturado. É necessário também esclarecer que a gestão de políticas públicas envolve vários elementos e conflitos de interesse. Muitas vezes a política e a gestão se apresentam de maneiras diferenciadas no que se refere à proposição e a materialização das metas. Isso pode ser observado na atuação dos governos em comparação aos governos anteriores. As alianças partidárias, como publicado, em fontes oficiais do Governo, podem influenciar muitas vezes o andar das ações políticas por conflito de interesses partidários dentro de uma mesma gestão.

E para que a educação não fique à mercê somente das decisões da gestão, é imprescindível o fortalecimento dos Conselhos de Educação revestidos de competência técnica e representatividade, dos conselhos escolares e da direção escolar que associem a

garantia da competência ao compromisso com a proposta pedagógica, de interesse de todos os envolvidos no contexto educacional.

Na Constituição Federal (CF) de 1988, em seu art. 206, preconiza-se: “[...] o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios [...] VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394/1996 reitera esse princípio e acrescenta em seu art. 3º, que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “[...] VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.”

Contudo, as Políticas Públicas e a Gestão da Educação no Distrito Federal, materializadas em ações políticas e programas, são marcadas, de um modo geral, pelas rupturas e descontinuidades pouco democráticas, caracterizando políticas de governo que influenciam os diversos setores da educação. Nesse sentido, vários desafios são colocados para a sociedade, uma vez que o contexto educacional é medido pelo contexto político, econômico, social e cultural.

De um modo geral, as orientações pedagógicas implementadas na educação no Distrito Federal estão de acordo com as políticas e as diretrizes nacionais, ou seja, a LDB, o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e com as orientações pedagógicas e curriculares da educação. Como já comentado, há também uma forte influência por parte dos organismos internacionais.

Todos esses documentos estão fundamentados em princípios que garantem o direito de aprender e a formação de redes de aprendizagem por meio da ampliação das fronteiras da escola, da construção de trilhas educativas e do acesso aos conhecimentos, experiências e oportunidades intelectuais, no entanto, não resolvem o problema da educação.

No Distrito Federal também se resgata os ideais de Anísio Teixeira proposto no Plano Educacional de Brasília, em consonância com os desafios da educação contemporânea, quais sejam (TEIXEIRA, 1961):

- Propiciar educação que focalize o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões;
- Promover a participação dos alunos em experiências diversificadas e significativas, que respeitem o ritmo, estilo de aprendizagem, expressão e produção;
- Flexibilizar o tempo escolar a fim de que sejam propiciadas atividades de formação de hábitos de vida, de comportamento, de trabalho e de julgamento moral e intelectual;
- Fomentar a articulação de vários espaços de educação, de produção de

- aprendizagens e de setores públicos;
- Promover e ampliar as oportunidades educacionais, sociais, culturais, esportivas e de lazer;
 - Contribuir para a elevação dos índices de aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens do Distrito Federal;
 - Articular ações intersetoriais dos diferentes órgãos governamentais;
 - Articular parcerias locais;
 - Promover e intensificar a integração entre escolas e comunidade;
 - Contribuir para a promoção da cultura da paz.

Tais desafios devem ser conjugados ao resgate histórico-cultural social e ao que preconizam as Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF).

Outros marcos reguladores como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também são tema e foco das diretrizes políticas no DF.

É importante ressaltar que os resultados de desempenho nestes campos também são comparados pelo Sistema de Avaliação do Desempenho das Instituições Educacionais (SIADE), o SAEB, a Prova Brasil e a Provinha Brasil. Essas avaliações devem contribuir para os resultados finais dos índices de desempenho da educação nacional, para buscar a diminuição dos indicadores de insucesso escolar, a reprovação, o abandono escolar e a evasão, contribuindo de forma efetiva para a regularização do fluxo escolar.

Urge assegurar um projeto político pedagógico bem estruturado para a educação do Distrito Federal, com qualidade social para todos. É necessário que os(as) futuros(as) profissionais da educação conheçam e compreendam as políticas públicas e a gestão da educação do DF durante o seu processo de formação inicial, assim como em sua formação continuada. Acredito que somente a partir do conhecimento profundo da realidade local é possível fazer as intervenções necessárias para ajudar a transformar.

4. A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL: UM OLHAR A PARTIR DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (PDES) E DOS PLANOS PLURIANUAIS (PPAs)²

O objetivo deste capítulo é refletir sobre a gestão da educação a partir da pesquisa bibliográfica e documental dos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) e dos Planos Plurianuais (PPA). Além disso, aborda os resultados dos contatos diretos com os servidores do GDF para fornecer dados e/ou sugerir informações úteis sobre o nosso tema.

Dando sequência ao processo de reflexão sobre a gestão educacional no GDF segue abaixo nossa análise dos contatos diretos com 06 (seis) servidores que ocupam cargos de confiança na gestão de 2011-2014 do GDF, e que fazem parte do quadro de efetivos da SEE-DF.

Estabelecemos uma conversa com os servidores sobre aspectos relativos a: a) prioridades do Governo atual para a educação; b) se conheciam os Programas Estruturantes da educação e quais eram esses Programas; c) se poderiam citar pelo menos um desses programas em andamento no seu local de trabalho; d) se há apoio e/ou incentivo deste governo para que efetivamente os programas sejam implantados; e) como o atual governo incentiva estas ações; f) se são informados e compreendem os projetos de educação do DF; g) se as mudanças de gestão interferem no andamento dos projetos; h) como as políticas públicas de educação estão sendo desenvolvidas no GDF.

De modo geral, todos afirmaram que o Governo ainda não havia tomado certas iniciativas, levando em conta que as suas áreas de atuação como, por exemplo, Educação Básica, Profissional e Especial, não foram noticiados na mídia local. Ressalta-se que as prioridades são muitas, mas no momento, três foram apontados para serem trabalhadas antes das outras: Educação Profissional, Educação Infantil e Educação Integral. Tais áreas também fazem parte das prioridades nacionais.

Foram unânimes em afirmar que a maior parte da população não acompanha os

² Está em apenso neste trabalho quatro quadros que conferem os Planos destacados, que estiveram em vigência a partir de 1999. (Vide Apêndice na página 48)

trabalhos do Governo na educação. São mal informados, e não conhecem os Programas de Governo e sua importância social, pois a educação dá resultados muito a longo prazo e a população em geral as vezes espera resultados mais imediatos. Os próprios servidores relatam que não acompanham as ações de governo de forma articulada com os programas. No entanto, para sanar essa situação, estavam esperançosos com a criação da nova Subsecretaria de Planejamento e Avaliação, dentro da SEE-DF, na formação de sua nova estrutura, que teria por objetivo organizar dados concretos e articulados de todas as ações que se espera do Governo para a educação.

No entanto, alguns sabem da existência de algumas avaliações dos programas, o que foi evidenciado pelo posicionamento no sentido de perceber que as metas e diretrizes precisam ser cumpridas e que caso não sejam o Governo corre o risco de sofrer penalidades através da fiscalização, pois existe órgão fiscalizador por parte do Governo Federal, que cobraria ações mais cedo ou mais tarde. Os servidores fizeram referência ao Programa de Ações Articuladas (PAR), do Ministério da Educação (MEC), como exemplo de conhecimento dos Programas de Governo do Distrito Federal.

Quanto aos incentivos a pesquisa e trabalhos da educação foi revelado que a situação da SEE-DF esteve tão precária, que não existia nenhum tipo de organização que alavancasse trabalhos adiante, pois não existia um planejamento pedagógico eficaz para operacionalizá-lo.

Todos identificaram que não acompanham o financiamento dos projetos de governo a não ser pelas divulgações da grande mídia.

Os problemas de falta de estrutura física e humana também foram apontados, e que ao longo dos anos, foram criados muitos Sistemas para fazer acontecer políticas públicas educacionais do DF, mas nunca foi implantada uma estrutura planejada para tal. Assim, as políticas públicas perdem força já ao iniciarem, por falta de planejamento da gestão local, dando voz somente a investimentos com Programas do Governo Federal já implementados. Dessa forma, o Governo do Distrito Federal se isenta de sua autonomia em realizar seus próprios Projetos.

A reflexão geral feita a partir destes contatos diretos demonstra que o desconhecimento dos planos de governo contribui para que os servidores tenham opiniões desfocadas acerca da gestão do recurso público na educação e das políticas educacionais.

Cabe ressaltar que os Planos estão previstos na Lei Orgânica do DF conforme os artigos 165 e 166

Art. 165. As diretrizes, os objetivos e as políticas públicas que orientam a ação governamental para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal devem obter o seguinte: I – as demandas da sociedade civil e os planos e políticas econômicas e sociais de instituições não governamentais que condicionem o planejamento governamental; II – as diretrizes estabelecidas no plano diretor de ordenamento territorial e nos planos de desenvolvimento locais, bem como ações de integração com a região do entorno do Distrito Federal; III – os planos e as políticas do Governo Federal; IV – os planos regionais que afetem o Distrito Federal; V – a singular condição de Brasília como Capital Federal; (...) X - a concepção do Distrito Federal como polo científico, tecnológico e cultural; (...) XII – a necessidade de elevar progressivamente os padrões de qualidade de vida de sua população; XIII – a condição do trabalhador como fator preponderante da produção de riquezas; XIV – a participação da sociedade civil, por meio de mecanismos democráticos, no processo de planejamento; XV – a articulação e a integração dos diferentes níveis de governo e das respectivas entidades administrativas; XVI – a adoção de políticas que viabilizem geração de empregos e aumento de renda.

Art. 166. O plano plurianual a ser aprovado em lei para o período de quatro anos, incluído o primeiro ano da administração subsequente, é o instrumento básico que batalha diretriz, objetiva e metas quantificadas física e financeiramente para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas a programas duração continuada.

Como é possível observar a partir da Lei Orgânica, esses instrumentos são utilizados pelo Governo para promover o planejamento, a programação, a execução orçamentária, além de estabelecer e detalhar os rumos a serem seguidos pelo Governo. Ao fim do período da gestão, os resultados de todo o conteúdo desses Planos devem ser avaliados quanto a seus aspectos de eficácia e eficiência, como disposto nos termos do inciso II, do artigo 80 da Lei Orgânica.

O PDES é descrito no art. 165 da Lei Orgânica do DF como o instrumento que estabelece as diretrizes gerais, define os objetivos e políticas globais e setoriais que orientarão a ação governamental para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do Distrito Federal. Já o PPA é um instrumento que detalha as diretrizes, os objetivos e metas quantificadas, física e financeiramente, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas a programas de duração continuada.

O PDES se estabelece com diretrizes mais gerais, e as políticas de governo se apresentam de forma mais abrangente, já o PPA transcreve todas as ações políticas novamente, constituindo objetivos, diretrizes e programação orçamentária estruturadas nos Programas e Ações a serem lançados pelo Governo. A configuração estratégica desses Planos fornece elementos necessários para a construção dos indicadores e metas, com a definição das ações necessárias para o alcance dos resultados estabelecidos.

Conforme orientação dos órgãos gestores a aplicação dos recursos e consolidação dos resultados devem ser monitorados e avaliados por indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, nas metas, ações e marcos, com prazos de execução e meios de apuração objetivamente determinados.

O PDES caminha junto com a mudança de Governo para estabelecer as prioridades do próximo, num prazo de um quadriênio, e o PPA é implementado após passar um ano da gestão de um determinado Governador e tem duração também por quatro anos. Espera-se que um Candidato ao Governo ao apresentar suas intenções políticas à população deva levar em conta o PDES que define as políticas, diretrizes gerais e a base estratégica. Quanto ao PPA, que será lançado no início do segundo ano de mandato de cada governador, deve apresentar a base estratégica que detalha os programas e ações, conforme já mencionado.

Todas as normas da Educação devem obedecer ao que diz a Carta Magna de 1988 e a LDBEN/96, que impõe aos estados a responsabilidade em assegurar o Ensino Fundamental e oferecer com prioridade, o Ensino Médio. Mas também, incube oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas.

Um dos aspectos que merece destaque são os prazos de publicação dos Planos o que implica na morosidade da gestão. No caso do PDES 1999-2002 e do PPA 2000-2003, por exemplo: houve uma demora considerável de suas publicações, tendo a gestão se guiado sem bases normativas e orçamentárias para aquele período, tendo em vista que o PDES demorou seis meses para ser lançado, perpassando o prazo que deveria ter sido publicado, em vista do quadriênio em questão. O PPA, da mesma forma, foi publicado quase 7 meses após o período obrigatório de divulgação.

Quanto aos aspectos de estruturação do PPA, podem-se observar que o plano é estruturado em programas e ações com quantificação física. As metas financeiras devem ser quantificadas em nível de ação, em todo o período, aparecendo agregadas por programas.

Ainda de acordo com os citados Planos, o cumprimento dos objetivos dessas Políticas Setoriais estaria alinhado com a orientação estratégica do Governo e compatível com a disponibilidade de recursos, o que possibilitaria a criação de condições para a melhoria contínua da qualidade dos bens e serviços públicos e o atendimento das demandas da sociedade.

A divulgação dos resultados dos planos apesar das inconsistências é vista como um avanço relativo às ações de Governo, cumprindo com a lei da transparência acerca das

medidas tomadas quanto às políticas públicas educacionais e dos gastos financeiros da Administração Pública. Além disso, é possível fazer uma avaliação sistemática de todos os programas com relação aos Planos, com base na execução do exercício do Governo anterior.

Entre os principais avanços observados entre o PDES e o PPA anterior, pode-se destacar que a experiência fomentou a disseminação de práticas de monitoramento na gestão pública, mediante o desenvolvimento de rotinas, procedimentos e instrumentos específicos, incentivando a introdução de uma cultura de avaliação, que teriam continuidade nos Planos posteriores. Essas avaliações contribuem para a melhor visibilidade das ações do governo, na medida em que tornou obrigatório o registro de dados e informações relativas ao resultado da implementação de seus programas, ações e objetivos estratégicos.

Referente às políticas de educação, o PDES diz que esse é um dos setores da atuação que requer especial atenção, e para tanto, é necessário mudar os rumos, adotando novas orientações e novas formas de gerenciamento. O objetivo era colocar a sociedade, as famílias e o Governo como co-participes na execução dos planos.

A expansão da qualidade de vida, uma das metas dos planos para todas as regiões do Distrito Federal exigiria a adoção de políticas públicas abrangentes e, principalmente, ênfase na educação como ferramenta definitiva para construir um Governo que garanta serviços de qualidade para toda a população.

Com relação ao ensino superior, percebe-se um avanço em relação ao seu acesso para as pessoas que possuem baixa-renda e estão nas faculdades particulares. Houve um aumento significativo de bolsas de estudo e também de financiamento para esse acesso, resultando crescimento de jovens em universidades particulares. Pode-se inferir que tais políticas foram estabelecidas a luz das políticas nacionais de inclusão educacional que foram também implantadas nos municípios e estados brasileiros. No entanto é preciso olhar esse incentivo com o olhar crítico.

Percebe-se que muitas metas ainda se encontram apenas no papel.

O Distrito Federal foi a primeira unidade da Federação a usar desde 2011, os mesmos parâmetros adotados pelo Governo Federal na elaboração do PPA da União. Para tanto, em vez do tradicional binômio Programa e Ação, que estrutura a maioria dos PPAs, a proposta do Governo do Distrito Federal (GDF) é baseada em três eixos: Programa, Temático-Objetivo e Específico–Ação, o que desta forma demonstra a vontade do GDF em ampliar e aprofundar as metas de tais Planos.

Para concluir, a título de exemplo, inserimos abaixo um quadro que demonstra a estrutura do PPA que contempla: 07 macro desafios do governo; 32 programas temáticos; 126 objetivos específicos; 10 programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado e 724 ações orçamentárias.

ESTRUTURA DO PPA



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do DF - 2013

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratou-se neste trabalho da Gestão e Planejamento das Políticas Públicas de Educação desenvolvidas a partir dos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) e Planos Plurianuais (PPAs) do Distrito Federal. Conforme nosso trabalho, estes planos são instrumentos necessários e obrigatórios para a gestão governamental previstos em Lei Orgânica. Cumprir com as ações estabelecidas nos planos implica em contemplar as necessidades da população das cidades do DF e Entorno. Esse é o grande desafio.

No campo da educação estes planos representam as mudanças que se processam na política e gestão da educação nos últimos anos. Segundo Azevedo (2008) a educação no Brasil se constituiu como um setor alvo de políticas públicas, em estreita articulação com as características que moldaram seu processo de modernização e desenvolvimento.

Refletir sobre os Planos e sua intervenção no projeto educacional consistem em uma definição de políticas e diretrizes por parte do Estado, apresentando uma base estratégica detalhada, que forneça elementos necessários com o objetivo de alcançar os resultados que se pretende nas diversas áreas da educação como, por exemplo: educação básica, técnica profissional e superior.

O trabalho possibilitou que identificássemos pelos contatos diretos e pela pesquisa documental e bibliográfica as discontinuidades das ações governamentais na área da educação como característica comum dos projetos nas três esferas de Poder do Estado. Observa-se de maneira geral uma lentidão na implementação das metas educacionais na gestão do Distrito Federal, mas, ao mesmo tempo também evidências de avanços como, por exemplo, o advento da modernização das escolas públicas que também é impulsionada pelo governo federal.

Deparamo-nos ao longo da elaboração deste trabalho com existência de uma política clientelística que busca atender grupos de base que possuem influência nas diretrizes governamentais entre um governo e outro. Nesse aspecto, os estudos feitos comprovaram ser esta uma característica comum nas gestões governamentais o que revela a necessidade de migrarmos de um padrão educacional excludente e seletivo para um padrão que considere a educação um direito de todos.

Quanto a gestão da educação, nossos estudos apontam para a importância da gestão democrática, assumida para além do discurso demagógico que se apregoa constantemente no campo educacional. Nesse sentido, significa mudanças de paradigmas e valores culturais, implantação de uma sistemática de acompanhamento e compromisso com as ações propostas no PDES e PPA, para e com todos os segmentos da sociedade.

Ao refletir criticamente acerca da gestão da Educação a partir desses planos podem-se aprofundar os objetivos educacionais e suas prioridades, visando a promoção humana em um cenário amplo, cuja configuração é composta de vários elementos permeados pelas questões econômicas, sociais, políticas e culturais, em um contexto de problemas sociais e acordos de Governo

A ênfase na educação como ferramenta para construir um Governo que garanta serviços de qualidade para a população do DF consiste em inclusão, valorização, participação e avanços em todos os aspectos sociais, promovendo o desenvolvimento do Estado, cuja desempenho pode ser medido e questionado a partir da sua performance em relação as políticas públicas.

Sobre o contexto político na gestão educacional do Distrito Federal percebe-se que há constantes mudanças e reformulação de ações pelas rupturas e descontinuidades pouco democráticas das políticas públicas de governo.

Para apontar novas perspectivas para a gestão da Educação do DF a partir da elaboração e implantação do PDES e PPA deve estar atrelado com avaliar os resultados das ações destes planos na gestão educacional. Nesse sentido, o investimento no desenvolvimento de valores humanos a partir da educação é fundamental.

A realidade da sociedade brasileira é cada vez mais complexa com inúmeros fenômenos sociais engendrados pelas diretrizes políticas que não cumprem com a agenda de trabalhos organizados nos Planos. Tais fatos passam a influenciar as instituições escolares e os problemas de falta de estrutura física e humana acontecem também pela ausência de planejamento educacional adequado.

Com isto, o próprio sistema educacional se complexifica e se diversifica exigindo a participação consciente de seus sujeitos que para compreender a formulação das políticas públicas, a partir das reformas empreendidas pelos diferentes governos precisa reinventar o conceito de democratização da educação pública, que embora não seja nova ainda está muito distante de ser equacionada. Contudo, o dinamismo da conjuntura política exige uma releitura

do papel que desempenham os partidos políticos no processo educacional nacional e local.

Para finalizar cabe a advertência feita por Marx (1997, p.313) “a história mundial seria na verdade muito mais fácil de fazer-se se a luta fosse empreendida apenas em condições nas quais as possibilidades fossem infalivelmente favoráveis.”

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Encontrei-me diversas vezes refletindo sobre isso, e passei muito tempo sem saber o que realmente queria. Mas no finalzinho do curso de Pedagogia, comecei a sair e me esmerar pelo grande *campus* da Universidade de Brasília (UnB), e percebi minha grande preferência pelas disciplinas do Departamento de História (HIS), apesar de não ter me saído tão bem assim nos resultados, dado o pouco tempo que tinha para estudar, em vista do tempo dividido com meu trabalho na Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal (STDF).

Sobre o curso de História, também o pretendo realizar, aproveitando as disciplinas que já fiz, após pretendo ingressar no Mestrado e Doutorado, e os demais níveis de graduação, se a vida me conceder tal oportunidade. Pretendo sempre conciliar Educação e História.

Quero ser Professora acima de tudo e Pesquisadora pelo Ministério da Educação (MEC). Dedicar a minha vida fazendo diversos trabalhos dentro da pesquisa educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Gestão Democrática: recuperar sua radicalidade política?** In CORREA, Bianca Cristina; e GARCIA, Teise Oliveira (Orgs.). Políticas educacionais e organização do trabalho na escola. SP: Xamã, 2008. p. 39-57

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. Coleção polêmicas do nosso tempo; vol.56.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/>>. Acesso em 21 jan. 2014.

DOURADO, Luiz Fernando. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas**. Educação Social. Vol. 28, n. 100 – Edição Especial, p. 921-946. Campinas, SP: Out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/>>. Acesso em 21 jan. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento. Disponível em: <<http://www.seplan.df.gov.br/>>. Acesso em 21 jan. 2014.

_____. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/>>. Acesso em 21 jan. 2014.

GRACINDO, Regina Vinhaes; MENDONÇA, Erasto; ARAUJO, Adilson; COSTA, Vania Maria. **A gestão democrática no Distrito Federal: um passo em frente, dois passos atrás?** in CUNHA, Célio, SOUZA, José Vieira, SILVA, Maria Abádia da (Orgs.). Avaliação de Políticas públicas de Educação. Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

GOLDEMBERG, José. **O repensar da educação no Brasil**. Vol. 7, n. 18. São Paulo: Maio e agosto, 1993. Disponível em <http://www.iea.usp.br/revista/edicoes>.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à Pesquisa Científica**. 4. Ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MORENTE, Manuel Garcia. **Fundamentos de Filosofia**. 2 Ed. São Paulo: Mestre Jou, 1966.

MARX, Karl. **Os 18 brumários e cartas de Kulgemann**. Trad. Ver. Por Leandro Konder. 7. Ed. RJ: Paz e terra, 1997.

PIMENTEL, Nara Maria. **Políticas educacionais: considerações para reflexão**. In Prodocencia: as licenciaturas em foco. FERNANDES. Maria Lúcia Bueno. Brasília, DF: Editora UnB, 2012.

PRATES, Ceres Alves. **Plano de Desenvolvimento Econômico e Social e a qualidade dos gastos públicos**. Artigo de apresentação no II Congresso Consad de Gestão Pública – Painel 31 – Qualidade do gasto público I, maio de 2009. Disponível em http://www.scp.rs.gov.br/upload/Painel_31_Ceres_Prates_formatado.pdf.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 17. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. Coletânea Educação Contemporânea.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Cecília Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e Desenvolvimento**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. V. 35, n 81. RJ: Janeiro a março, 1961. p. 71-92

Normas que subsidiaram a pesquisa

Leis Federais

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB

Normas Distritais

LEI Nº 2.390, DE 1º DE JUNHO DE 1999 – sobre o PDES de 1999-2002.

LEI Nº 2.565, DE 20 DE JULHO DE 2000 – sobre o PPA de 2000-2003.

LEI Nº 3.156, DE 28 DE MAIO DE 2003 – sobre o PDES de 2003-2006

LEI Nº 3.157, DE 28 DE MAIO DE 2003 – sobre o PPA de 2004-2007.

LEI Nº 3.994, DE 26 DE JUNHO DE 2007 – sobre o PDES de 2007-2010.

LEI Nº 4.007, DE 20 DE AGOSTO DE 2007 – sobre o PPA de 2008-2011.

LEI Nº 4.742, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011 – sobre o PPA de 2012-2015.

APÊNDICE – Quadros 1, 2, 3 e 4³ sobre os Planos de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) e os Planos Plurianuais (PPAs) do DF contemplando ações de 1999 a 2015⁴

Os quadros abaixo apresentam os planos acompanhados das normatizações e das respectivas descrições. Ressalta-se que nem para todos os planos foram encontradas as normas e as descrições nos anos pesquisados, por isso, os espaços estarão “em branco”.

Quadro 1 – Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2000-2003 e PDES 1999-2002.

PDES 1999-2002 (Lei Distrital nº. 2.390, de 1º. de junho de 1999) PPA 2000-2003 (Lei nº. 2.565, de 20 de julho de 2000)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
1	Modernizando a Educação.	-	Modernizar o sistema de ensino, tornando as escolas públicas instrumento de avanço técnico e cultural.
2	Construção de creches.	Lei nº. 2.760, de 1º de agosto de 2001. Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do DF.,	Creches serão oferecidas para crianças até 3 anos de idade segundo a Lei Orgânica local e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Também assistência materno-infantil.
3	Concessão de bolsas escolares.	Lei nº. 2.759, de 31 de julho de 2001. Decreto nº. 22.373, de 03 de setembro de 2001. Portarias nº. 46, de 24 de janeiro de 2002, e nº. 168, de 28 de julho de 2003, da Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº. 02, de 24 de setembro de 2002, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Sobre a instituição do Programa Renda Minha, associado à ações socioeducativas. Também trata de bolsas de estágio.
4	Arquivo vai à escola e à comunidade.	-	-
5	Apoio socioeducativo para crianças e adolescentes em ambiente aberto.	-	-

³ Fonte dos Quadros: Da autora deste trabalho, com base nos dados expressos nas publicações dos PDESs e PPAs no Diário Oficial do Distrito Federal.

⁴ Os quadros destacam algumas ações elencadas pelos Governos do Distrito Federal desde o ano de 1999 para o cumprimento das metas do PDES e do PPA do Distrito Federal.

Quadro 1 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2000-2003 e PDES 1999-2002 (continuação)

PPA 2000-2003 (Lei nº. 2.565, de 20 de julho de 2000) PDES 1999-2002 (Lei Distrital nº. 2.390, de 1º. de junho de 1999)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
6	Administração de pessoal da Educação Infantil.	-	-
7	Desenvolvimento do Sistema Educacional.	-	-
8	Assistência ao Educando.	-	-
9	Descentralização de recursos financeiros para as escolas do Distrito Federal.	-	-
10	Manutenção da Educação Infantil.	Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Manutenção do Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
11	Manutenção do Ensino Fundamental.	Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Manutenção do Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
12	Manutenção do Ensino Médio.	Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Manutenção do Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
13	Manutenção do Ensino Profissionalizante.	Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Manutenção do Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Quadro 1 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2000-2003 e PDES 1999-2002 (continuação).

PPA 2000-2003 (Lei nº. 2.565, de 20 de julho de 2000)			
PDES 1999-2002 (Lei Distrital nº. 2.390, de 1º. de junho de 1999)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
14	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos.	Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Manutenção do Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
15	Atendimento de alunos com altas habilidades na rede pública de ensino.	Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Manutenção do Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
16	Melhoria da qualidade do ensino da rede pública do Distrito Federal.	Lei nº. 3.086, de 05 de dezembro de 2002. Decreto nº. 23.440, de 10 de dezembro de 2002. Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal. Portaria nº. 528, de 17 de dezembro de 2001, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.	Trata sobre a gestão das unidades escolares da rede pública de ensino, estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Também dispõe sobre a Coordenação Pedagógica na rede pública de ensino.
17	Visitador escolar.	-	-
18	A escola bate à sua porta	-	-

Quadro 1 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2000-2003 e PDES 1999-2002 (continuação).

PPA 2000-2003 (Lei nº. 2.565, de 20 de julho de 2000)			
PDES 1999-2002 (Lei Distrital nº. 2.390, de 1º. de junho de 1999)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
19	Implementação de ações para a dinâmica do Ensino Fundamental.	Leis nº. 2.686, de 19 de janeiro de 2001, nº. 2.759, de 31 de julho de 2001, nº. 3.043, de 09 de agosto de 2002, nº. 3.055, de 22 de agosto de 2002, e nº. 3.058, de 22 de agosto de 2002. Resoluções nº. 1, de 12 de março de 2002, e nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal. Portarias nº. 528, de 17 de dezembro de 2001, nº. 82, de 15 de fevereiro de 2002, da Secretaria de Estado de Educação.	Propõe políticas de atendimento às necessidades dos alunos, também de garantias de acessos e permanência no Ensino Fundamental, além da assistência pedagógica para os que estiverem em defasagem de aprendizagem. A garantia para alunos com renda baixa, por meio do Programa Renda Minha. Ainda propõe etapas classificatórias mediante promoção nas séries ou etapas do nível escolar dos estabelecimentos de ensino da rede pública. Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Dispõe sobre o credenciamento e autorização de funcionamento de instituições educacionais que oferecem ou pretendem oferecer cursos experimentais bilíngues, correspondentes à educação básica. Estabelece padronização de uniformes da rede pública e dispõe sobre normas para Coordenação Pedagógica.
20	Sucesso no aprender.	-	-

Quadro 1 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2000-2003 e PDES 1999-2002 (continuação).

PPA 2000-2003 (Lei nº. 2.565, de 20 de julho de 2000)			
PDES 1999-2002 (Lei Distrital nº. 2.390, de 1º. de junho de 1999)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
21	Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental – à conta dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).	-	-
22	Fornecimento de merenda escolar diferenciada aos portadores de diabetes.	-	-
23	Construção de unidades do Ensino Fundamental.	Lei nº. 3.055, de 22 de agosto de 2002.	Sobre a garantia de acesso e de permanência de alunos do Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal.
24	Construção de unidades da Educação Infantil.	Resolução nº. 1/2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal, de 26 de agosto de 2003.	Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
25	Construção de unidades do Ensino Médio.	-	-
26	Reforma e ampliação das unidades de Educação Especial.	-	-
27	Perfuração de poço semiartesiano em escolas do Ensino Fundamental.	-	-
28	Construção de muros em unidades do Ensino Fundamental.	-	-
29	Reforma e ampliação em unidades do Ensino Fundamental.	Lei nº. 3.055, de 22 de agosto de 2002.	Sobre a garantia de acesso e de permanência de alunos do Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Quadro 1 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2000-2003 e PDES 1999-2002.

PPA 2000-2003 (Lei nº. 2.565, de 20 de julho de 2000)			
PDES 1999-2002 (Lei Distrital nº. 2.390, de 1º. de junho de 1999)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
30	Reforma e ampliação em unidades da Educação Infantil.	Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
31	Reforma e ampliação em unidades do Ensino Médio.	-	-
32	Ressarcimento do transporte de estudantes da área rural.	Lei nº. 2.925, de 6 de março de 2002. Decreto nº. 22.909, de 25 de abril de 2002.	Dispõe sobre a concessão de passe livre nas linhas rurais do sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal.
33	Construção de Centro de Ensino Especial.	-	-
34	Manutenção e implementação de cursos de atualização, aperfeiçoamento e especiais.	-	-
35	Programa de Educação de Jovens e Adultos – fases I e II.	Leis nº. 2.520, de 12 de janeiro de 2000, e nº. 3.274, de 31 de dezembro de 2003. Decretos nº. 21.567, de 28 de setembro de 2000, e nº. 23.440, de 10 de dezembro de 2002. Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal. Portaria nº. 528, de 17 de dezembro de 2001, da Secretaria de Estado de Educação.	Sobre a organização da gestão. Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
36	Concessão de poupança escola aos alunos da rede pública.	-	-
37	Professor nota 10.	-	-

Quadro 2 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2004-2007 e PDES 2003-2006 (continua).

PPA 2004-2007 (Lei nº. 3.157, de 28 de maio de 2003)			
PDES 2003-2006 (Lei Distrital nº. 3.156, de 28 de maio de 2003)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
1	Ampliar o atendimento aos segmentos demais baixa renda.	-	-
2	Garantir atendimento às crianças em fase pré-escolar.	-	-
3	Consolidar o atendimento à totalidade da demanda pelo Ensino Fundamental.	Decretos nº. 27.890, de 19 de abril de 2007, nº. 28.235, de 27 de agosto de 2007, e nº. 28.503, de 04 de dezembro de 2007. Portaria nº. 283, de 15 de setembro de 2005, da Secretaria de Estado de Educação.	Define as atribuições dos órgãos governamentais envolvidos na operacionalização do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) no Distrito Federal e dá outras providências. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Ensino Fundamental, com nove anos de duração, nas instituições educacionais da rede pública de ensino.
4	Universalizar o atendimento no Ensino Médio.	-	-
5	Assegurar a oferta de educação profissional o Distrito Federal.	-	-
6	Erradicar o analfabetismo.	-	-
7	Beneficiar crianças e adolescentes cujas famílias necessitem de apoio financeiro para mantê-los na escola.	-	-
8	Resgatar os princípios da educação integral e articular os serviços necessários ao pleno desenvolvimento do educando.	Decreto nº. 28.503, de 04 de dezembro de 2007.	-

Quadro 2 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2004-2007 e PDES 2003-2006 (continuação).

PPA 2004-2007 (Lei nº. 3.157, de 28 de maio de 2003)			
PDES 2003-2006 (Lei Distrital nº. 3.156, de 28 de maio de 2003)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
9	Valorizar e promover o aperfeiçoamento dos profissionais de educação.	Resoluções nº. 01, de 21 de março de 2003, e nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal. Portarias nº. 230, de 24 de agosto de 2004, e nº. 231, de 24 de agosto de 2004, da Secretaria de Estado de Educação.	Estabelece normas para a Avaliação Institucional no Sistema de Ensino do Distrito Federal. Para a progressão por Merecimento dos servidores da Carreira de Assistência à Educação e Magistrado. Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
10	Ampliar a infraestrutura para a educação e utilizar os estabelecimentos da rede de ensino para atividades de integração comunitária.	Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
11	Implantar crédito educativo no âmbito do Distrito Federal.	-	-
12	Educando sempre.	-	Promover ações que objetivem a manutenção da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional.
13	Apoio ao educando.	Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Resgatar os princípios da educação integral, articulando os serviços necessários ao pleno desenvolvimento do educando.
14	Projetos especiais de ensino.	-	Melhorar a oferta de oportunidades de atendimento à alunos excluídos do sistema público de ensino.

Quadro 2 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2004-2007 e PDES 2003-2006 (conclusão).

PPA 2004-2007 (Lei nº. 3.157, de 28 de maio de 2003)			
PDES 2003-2006 (Lei Distrital nº. 3.156, de 28 de maio de 2003)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
15	Escola de todos nós.	-	Construir, reformar e manter as instalações físicas das instituições públicas.
16	Modernizando a educação.	Portaria nº. 352, de 19 de outubro de 2006, da Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº. 01, de 26 de agosto de 2003, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Modernizar o sistema de ensino, tornando as instituições educacionais públicas instrumento de avanço técnico e cultural.
17	Crédito educativo no Distrito Federal.	-	Possibilitar o pagamento dos estudos universitários em até 100% do valor da mensalidade com carência de dois anos após conclusão.
18	Centros de Multiuso da Juventude.	-	Construção de espaços multiuso para juventude, objetivando o exercício da cidadania nas áreas de esporte, lazer, cultura e educação.
19	Bolsa Pré-Vestibular.	-	Programa visa tornar o acesso de jovens ao Ensino Superior mais fácil propiciando cursos preparatórios pré-universitários.
20	Programa Escola Digital Integrada.	Leis nº. 3.157, de 28 de maio de 2003, nº. 3.179, de 06 de agosto de 2003, e nº. 3.275, de 31 de dezembro de 2003. Decreto nº. 26.287, de 18 de outubro de 2005.	Criação do Programa Escola Digital Integrada.
21	Programa Educação Superior.	Resoluções nº. 01, de 26 de agosto de 2003, e nº. 01, de 21 de março de 2006, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Propiciar condições e incentivos de realização de curso superior para os estudantes do Distrito Federal.

Quadro 3 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2008-2011 e PDES 2007-2010 (continua).

PPA 2008-2011 (Lei nº. 4.007, de 20 de agosto de 2007)			
PDES 2007-2010 (Lei Distrital nº. 3.994, de 26 de junho de 2007)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
1	Alfabetizar as pessoas entre 15 e 29 anos de idade que se declararam analfabetos na PNAD e transformar o Distrito Federal na primeira unidade da Federação a erradicar completamente o analfabetismo.	-	-
2	Universalizar o acesso ao Ensino Infantil (0 a 6 anos de idade) com prioridade à pré-escola e ampliação da oferta de creches nas regiões mais carentes.	Portaria nº. 385, de 07 de novembro de 2007.	-
3	Aumentar o potencial de absorção de jovens no mercado de trabalho implantando escolas profissionalizantes nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.	Decretos nº. 27.890, de 19 de abril de 2007, e nº. 29.970, de 22 de janeiro de 2009. Portaria nº. 113, de 24 de julho de 2009, da Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº. 01, de 16 de junho de 2009, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Define as atribuições dos órgãos governamentais envolvidos na operacionalização do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) no Distrito Federal. Disciplina os procedimentos operacionais para implantação do “Serviço de Convivência para Adolescentes e Jovens de 15 a 21 anos – Jovem de Futuro”. Estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
4	Reduzir a evasão escolar e aumentar as notas médias dos Ensinos Fundamental e Médio no período de quatro anos, construindo uma educação de qualidade aos estudantes do Sistema Público de Educação do Distrito Federal.	Portaria nº. 01, de 27 de novembro de 2009.	-

Quadro 3 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2008-2011 e PDES 2007-2010 (continuação).

PPA 2008-2011 (Lei nº. 4.007, de 20 de agosto de 2007)			
PDES 2007-2010 (Lei Distrital nº. 3.994, de 26 de junho de 2007)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
5	Aumentar o percentual de universitários em famílias com renda inferior a dez salários mínimos, implantando faculdades da Universidade de Brasília nas Regiões Administrativas.	Lei nº. 4.084, de 10 de janeiro de 2008. Decreto nº. 32.712, de 30 de dezembro de 2010.	Institui o Programa Bolsa Universitária.
6	Reduzir a evasão, garantindo apoio financeiro para alunos do Ensino Médio.	Portaria nº. 01, de 27 de novembro de 2009.	-
7	Oferecer a todos os professores da rede pública de ensino linha de crédito para aquisição de equipamentos de informática.	Portarias nº. 218, de 18 de junho de 2009, e nº. 01, de 27 de novembro de 2009, da Secretaria de Estado de Educação.	Dispõe sobre as habilitações dos profissionais em educação das áreas profissionalizantes, para atuação na Educação Básica do Distrito Federal.
8	Ampliar as bolsas para vestibulandos de baixa renda no valor de meio salário mínimo, para alunos oriundos da rede pública de ensino.	Lei nº. 4.084, de 10 de janeiro de 2008.	Institui o Programa Bolsa Universitária.
9	Atraís os alunos da rede pública de ensino para atividades extracurriculares, abrindo as escolas nos finais de semana.	-	-

Quadro 3 –: Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2008-2011 e PDES 2007-2010 (continuação).

PPA 2008-2011 (Lei nº. 4.007, de 20 de agosto de 2007)			
PDES 2007-2010 (Lei Distrital nº. 3.994, de 26 de junho de 2007)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
10	Descentralizar orçamento para as unidades escolares	Leis nº. 4.036, de 25 de outubro de 2007, nº. 28.513, de 06 de dezembro de 2007, nº. 29.200, de 25 de junho de 2008, e. nº. 32.973, de 08 de junho de 2011. Portarias nº. 26, de 31 de janeiro de 2008, nº. 77, de 11 de abril de 2008, nº. 137, de 04 de julho de 2008, nº. 171, de 1º de agosto de 2008, nº. 248, de 27 de novembro de 2008, nº. 254, de 12 de dezembro de 2008, nº. 258, de 15 de julho de 2009, nº. 12, de 09 de fevereiro de 2010, nº. 512, de 18 de dezembro de 2010, nº. 04, de 31 de janeiro de 2011, nº. 65, de 09 de junho de 2011, e nº. 167, de 1º de dezembro de 2011, da Secretaria de Estado de Educação.	Sobre a descentralização de recursos financeiros para as escolas públicas.
11	Dentista na escola.	-	-
12	Escolas Técnicas.	Portaria nº. 74, de 24 de setembro de 2009, da Secretaria de Estado de Educação.	-
13	Escola Modelo.	-	-
14	Apoio ao Educando.	Portarias nº. 335, de 11 de setembro de 2007, nº. 77, de 11 de abril de 2008, e nº. 01, de 27 de novembro de 2009, da Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº. 01, de 16 de junho de 2009, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Oferecer aos alunos da rede pública de ensino, tratamento médico, odontológico, suplementação nutricional e transporte escolar.
15	Projetos especiais de ensino.	-	Melhorar a oferta de oportunidades de atendimento à alunos excluídos do sistema público de ensino.

Quadro 3 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2008-2011 e PDES 2007-2010 (conclusão).

PPA 2008-2011 (Lei nº. 4.007, de 20 de agosto de 2007)			
PDES 2007-2010 (Lei Distrital nº. 3.994, de 26 de junho de 2007)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
16	Educando Sempre.	-	Promover ações que objetivem a manutenção da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional.
17	Escola de Todos Nós.	-	Construir, reformar e manter as instalações físicas das instituições públicas.
18	Educação para a diversidade e cidadania.	-	Reduzir as desigualdades étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.
19	Programa Educação Superior.	Lei nº. 4.084, de 10 de janeiro de 2008. Decretos nº. 30.658, de 06 de agosto de 2009, nº. 32.259, de 24 de setembro de 2010, e nº. 32.712, de 30 de dezembro de 2010. Resolução nº. 01, de 16 de junho de 2009, do Conselho de Educação do Distrito Federal.	Propiciar condições e incentivos de realização de curso superior para estudantes do Distrito Federal.

Quadro 4 –Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2012-2015 (continua).

PPA 2012-2015 (Lei nº. 4.742, de 29 de dezembro de 2011)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
1	Gestão, manutenção e serviços ao Estado – Educação e Cultura.	Lei nº. 4.751, de 07 de fevereiro de 2012. Decreto nº. 33.502, de 23 de janeiro de 2012. Portarias nº. 39, de 09 de março de 2012, e nº. 98, de 27 de junho de 2012, da Secretaria de Estado de Educação.	Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. Também sobre a reestruturação administrativa das Unidades Escolares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e dá outras providências. Regulamenta o processo eleitoral para escolha dos Diretores, Vice-Diretores e membros do Conselho Escolar das Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino.
2	Educação superior.	-	Garantir acesso ao Ensino Superior e à formação profissional com qualidade, socialmente referenciada e orientada para o atendimento da crescente demanda por serviços no âmbito do Distrito Federal.
3	Desenvolvimento de cursos de Educação Profissional.	-	-
4	Educação Básica	Lei nº. 4.751, de 07 de fevereiro de 2012.	Garantir acesso e permanência com qualidade de ensino socialmente referenciada em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.
5	Manutenção, reconstrução e reforma de unidades da Educação Infantil.	Decreto nº. 33.502, de 23 de janeiro de 2012.	Sobre a reestruturação administrativa das Unidades Escolares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).
6	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos.	Decreto nº. 33.502, de 23 de janeiro de 2012.	Sobre a reestruturação administrativa das Unidades Escolares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Quadro 4 – Políticas Públicas da Educação: Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2012-2015 (continuação).

PPA 2012-2015 (Lei nº. 4.742, de 29 de dezembro de 2011)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
7	Manutenção da Educação Especial.	Decreto nº. 33.502, de 23 de janeiro de 2012.	Sobre a reestruturação administrativa das Unidades Escolares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).
8	Ampliação de Unidades da Educação Infantil.	-	-
9	Construção de unidades do Ensino Médio.	-	-
10	Saúde Escolar.	Lei nº. 4.764, de 22 de fevereiro de 2012.	Programa de Saúde Preventiva para os Profissionais do Sistema Público de Ensino do Distrito Federal.
11	Capacitação de servidores.	-	--
12	Concessão de passe livre.	Lei nº. 2.925, de 06 de março de 2002. Decreto nº. 22.209, de 25 de abril de 2002.	Passe livre urbano e rural.
13	Transporte de alunos.	Portaria nº. 93, de 29 de maio de 2012.	-
14	Construção de creches.	-	-
15	Bom de Escola vai á Copa.	-	-
16	Padronização de escolas públicas.	-	-
17	Modernização do Sistema de Informação.	-	-
18	Manutenção de atividades de Educação Física.	-	-
19	Descentralização de Recursos Financeiros para as escolas.	-	-
20	Manutenção, reconstrução e reforma de Unidades do Ensino Fundamental.	Decreto nº. 33.502, de 23 de janeiro de 2012. Portaria nº. 41, de 12 de março de 2012, da Secretaria de Estado de Educação.	Sobre a reestruturação administrativa das Unidades Escolares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).
21	Manutenção, reconstrução e reforma de Unidades do Ensino Médio.	Decreto nº. 33.502, de 23 de janeiro de 2012.	Sobre a reestruturação administrativa das Unidades Escolares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Quadro 4 – Políticas Públicas da Educação: Programas Temáticos do Governo do Distrito Federal de 1999 a 2015 – PPA 2012-2015 (conclusão).

PPA 2012-2015 (Lei nº. 4.742, de 29 de dezembro de 2011)			
Ordem	Planos	Normas publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal, correlatas aos assuntos dos Planos	Descrição
22	Alimentação escolar.	-	-
23	Ampliação de Unidades do Ensino Fundamental.	-	-
24	Construção e reforma de Unidades do Ensino Profissionalizante.	-	-
25	Concessão de bolsa estágio.	-	-
26	Concessão de benefícios a servidores.	Decreto nº. 33.653, de 10 de maio de 2012.	-
27	Construção do <i>campus</i> da Universidade de Brasília (UnB).	-	-
28	Implementação da gestão matricial entre as unidades acadêmicas e os serviços públicos correspondentes.	-	-
29	Capacitação do corpo docente e técnico-administrativo.	-	-
30	Fomento a pesquisa.	-	-
31	Desenvolvimento de cursos de Graduação.	-	-
32	Desenvolvimento de cursos de Pós-Graduação.	-	-
33	Concessão de bolsas de iniciação científica.	-	-
34	Concessão de Bolsa Monitoria.	-	-

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados expressos nas publicações dos PDESs e PPAs no Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília 2013.